

1 ATA DA 53ª REUNIÃO DA DIRETORIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO
2 PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, realizada no dia 04 de
3 abril (quarta-feira) com início às 09:00h e término previsto às 13:00h, no auditório do Serviço
4 Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Volta Redonda, situada à rua, Aterrado – Volta
5 Redonda/RJ, com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura; 2. Aprovação da ata da 52ª Reunião**
6 **de Diretoria; 3. Apresentação do projeto "Constituição de coalizões para a gestão da**
7 **água no Peru e no Brasil" da pesquisadora María Mancilla García; 4. Aditivo ao Contrato**
8 **de Gestão; 5. Fechamento do planejamento de comemoração dos 10 anos do CBH-MPS;**
9 **6. Debate sobre a nova logo do Comitê (3 propostas); 7. Organização das Oficinas**
10 **CNARH e de Cobrança; 8. Avaliação do Pedal pelas Águas; 9. Avaliação do Fórum**
11 **Mundial da Água; 10. Indicação de membro da equipe da secretaria executiva (UD1) do**
12 **CBH-MPS ao ECOB; 11. Assuntos Gerais; 12. Encerramento. Item 1. Abertura;** O
13 presidente Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), iniciou a reunião agradecendo em especial a
14 presença da pesquisadora María Mancilla García e frisou que foi ampliado o convite para os
15 membros da Câmara Técnica para acompanhar a apresentação do retorno de seu projeto
16 desenvolvido com relação a gestão das águas no Peru e no Brasil. **2. Aprovação da ata da**
17 **52ª Reunião de Diretoria;** O presidente questionou se os membros haviam feito a leitura da
18 ata e se alguém tinha alguma consideração a fazer. Os membros não apresentaram interesse
19 de alteração e a ata foi aprovada. **3. Apresentação do projeto "Constituição de coalizões**
20 **para a gestão da água no Peru e no Brasil" da pesquisadora María Mancilla García;**
21 Arimathéa convidou a Sra. María Mancilla García para fazer a apresentação. Maria iniciou
22 agradecendo a oportunidade de apresentar o seu projeto, e explicou que ele foi desenvolvido
23 entre os anos 2015 e 2017. A pesquisadora disse que o principal objetivo foi tentar entender as
24 dinâmicas da participação da água no Peru e no Brasil e, segundo ela, foi particularmente
25 importante entender o contexto institucional que são os fóruns, organizações, instituições que
26 atua na gestão da água. A pesquisadora explicou que iria apresentar alguns resultados, pois foi
27 coletado muitos dados, e ainda não se encerrou a pesquisa. María explicou que é usado uma
28 metodologia comparativa, na qual é checado os participantes nos Comitês que foram
29 escolhidos no Brasil e os do Peru. Segundo ela, foram dois em cada país, no Brasil, foram
30 escolhidos o CEIVAP e o CBH-MPS. María contou que para apresentação, será dado mais
31 detalhes daquilo que a pesquisadora acha mais importante para o CBH-MPS, porém ela se
32 dispôs a dar detalhes do CEIVAP e dos outros Comitês do Peru, caso algum membro tenha
33 interesse. De acordo com ela, o contexto institucional entre os dois países são muito diversos,
34 primeiro porque a criação dos Comitês de Bacias no Peru começaram em 2011, e somente em
35 2013/2014 passaram a ser cooperativos. No Peru não há cobranças geridas pelos Comitês, as
36 decisões não são reconhecidas no contexto institucional. Já no Brasil há diversos espaços de
37 participação como os Fóruns Participativos. María disse que esses elementos são muito



38 interessantes para comparar e desenvolver um bom projeto tentando entender o efeito do
39 sistema constitucional no país. A pesquisadora disse que o Marco Teórico resumidamente é
40 uma pergunta na qual questiona se a participação tem ou não um efeito real na gestão. María
41 apresentou leitura acadêmica dividida em duas partes, a primeira é de pessoas que torcem
42 muito para a participação e que pensam que quando reuni interesses diversos se consegue
43 achar soluções. Já o outro grupo acham que a participação não faz nada além de reproduzir
44 dinâmicas que preexistem a esses fóruns participativos. María explicou que essa é uma
45 questão muito importante porque há muitos investimentos na criação de Fóruns Participativos.
46 No Peru, por exemplo, era importante saber se os fóruns tinham efeito na gestão porque houve
47 investimento de dinheiro público. Na opinião da pesquisadora, os dois grupos estão errados, e
48 o que ela tentou entender são as condições para que os fóruns tenham um efeito sobre a
49 realidade da gestão. Foram realizados três análises de dados cedidos pelo CEIVAP, CBH-MPS
50 e da ANA. A primeira foi a análise temática dos dados qualitativos, o segundo foi análise
51 estadísticas e o terceira a análises de redes. Os resultados mais importantes para o Comitê
52 Médio Paraíba do Sul, na análise estadísticas foi que não há grupos dentro do Comitê que
53 tenha uma organização prévia, ou seja, as pessoas de cada seguimento tem relações que não
54 dependem de onde vem, facilitando a interação de todos, de acordo com ela, isso é importante
55 pois é uma forma de intercambiar informações. Para María no CBH-MPS há em todos os
56 seguimentos pessoas mais influentes, sendo assim, não existe um apoderamento do Comitê e
57 impõe como deve atuar. María levantou como mais interessante a questão do técnico, de
58 acordo com ela, durante a análise qualitativas dos dados, ela percebeu que o técnico vem
59 associado a participação de maneiras diversas. A pesquisadora disse que essa questão foi
60 avaliadas tanto como positiva quanto negativa, segundo ela, como positivo é que o
61 conhecimento técnico é um fatores para a inclusão. As pessoas que chegam sem uma
62 experiência técnica, quando entram obtém um conhecimento, sendo assim o Comitê da
63 oportunidade de participar de fóruns, fazer consultas com o pessoal da AGEVAP, tem um
64 acesso muito grande ao técnico. Segundo a pesquisa, um ponto negativo em relação ao
65 conhecimento técnico é a exclusão porque existem questões que não são técnicas, como
66 exemplo, as formas que algumas pessoas definem a água que podem ser espirituais, estética,
67 entre outras. María definiu que ao mesmo tempo que o técnico é um fator de inclusão, também
68 é de exclusão. A pesquisadora contou que as Câmaras Técnicas no Brasil, funciona como
69 filtros. De acordo com a pesquisa, é ela que vai ordenar as questões mais importantes. María
70 disse que o técnico apareceu como um tema muito complicado quando é estudado as
71 interações com a participação, podendo ser positiva ou negativa. Para concluir, María explicou
72 que esse estudo, como todos acadêmicos, tem limitações. Uma coisa feita foi a escolha em
73 trabalhar com o Comitê sobre o seu funcionamento em tempo normal – fora da crise. Segundo
74 ela, essas dinâmicas que foram estudadas podem estar agravadas em tempo de crise, e as



75 outras dinâmicas muito positivas de interação global talvez não existam em tempos de crise
76 Outro elemento é a questão da sustentabilidade, durante as entrevistas esse era um tema
77 muito presente e o que transpareceu é que os Comitês dão espaço para expressar essa
78 preocupação. Maríá disse que o estudo feito foi pontual, para dizer que uma preocupação
79 aparece graças a uma instituição é necessário um estudo com mais tempo. A pesquisadora
80 contou que deve voltar daqui a cinco anos para descobrir se essa situação mudou comparando
81 o que acontecia antes nos Comitês. Maríá finalizou sua apresentação dizendo que a
82 importância desse projeto é que ele seja reflexivo e adaptativo, e garantiu que o Comitê
83 funciona bem porque tem muitos outros fóruns com muitos espaços de participação. Já no
84 Peru, pode-se observar o contrário, lá não existe um espaço onde as pessoas possam colocar
85 suas preocupações, sendo assim, o contexto institucional é importante. Maríá ainda frisou que
86 a análise não foi terminada, dois artigos estão sendo publicados e posteriormente será
87 encaminhado para o Comitê e, ainda afirmou, que estão sendo elaborados outros dois artigos
88 um sobre a avaliação dos Comitês de maneira mais detalhada e outro sobre o papel dos
89 municípios na gestão da água em um nível global. O Sr. Sergio Alves, disse que um dos pontos
90 frágeis dos Comitês é a participação dos municípios. E informou que são os municípios que
91 mais atua na gestão das águas e de uma certa forma ele é o responsável por sua degradação.
92 O membro questionou como é esse panorama a um nível mundial. Maria disse que essa é uma
93 questão muito importante, pois os municípios tem essas competências, além de serem
94 responsáveis pelos esgotos e a gestão da água na maior parte do mundo. Maria contou que há
95 uma fragmentação institucional onde há regras a um nível e implementação a outro nível. Os
96 municípios em grande parte do mundo está em situação de precariedade de pessoal técnico.
97 Essa é uma questão mundial, que tem uma responsabilidade municipal, mas também de fóruns
98 participativos, para tentar atrair os municípios. Maríá disse que está tentando pensar quais são
99 as oportunidades que os Comitês apresentam para os municípios. A Sra. Carin disse que é
100 muito interessante esse paralelo Brasil e Peru por conta do conflito históricos no Peru bem
101 diferente dos que vemos aqui no Brasil. A coordenadora da Câmara Técnica sugeriu que fosse
102 feita uma análise do projeto na escala do tempo político, no ciclo de quatro anos,
103 principalmente porque a participação municipal muda muito nesse período. Maríá concordou e
104 concluiu dizendo que acha muito importante essa visão. O Sr. Paulo Eugenio (AGEVAP),
105 questionou se existe uma situação especifica que fez a pesquisadora concluir que os
106 municípios tem uma maior proximidade na esfera Federal que na Estadual. Maria disse que os
107 municípios estão mais na esfera Estadual. Sérgio questionou em que nível de inclusão na
108 participação e de resultados o CBH-MPS está. Maríá disse que o Comitê está muito melhor que
109 o Peru em relação a inclusão dos participantes, em termos dos resultados de gestão ambiental,
110 Maríá disse que o Comitê é muito ativo de prestações e iniciativas, com um ótimo espaço para
111 educação ambiental. O presidente disse que depois da visita de Maria, no ano passado, foi



publicado um Atlas das bacias que são afluentes do rio Paraíba do Sul e, ainda garantiu, que o CBH-MPS é o primeiro Comitê que já elaborou esse trabalho como iniciativa de Comitê. Arimathéa contou também que no ano passado foi feito um trabalho com os municípios, após a posse dos novos prefeitos, para um diálogo sobre esgotamento sanitário. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida!), questionou como a pesquisadora mede o grau de participação do CEIVAP e do CBH-MPS dentro do estudo. Maria disse que as dinâmicas de participação são muito diversas, principalmente em relação a interação dos participantes. William Coelho (P.M. Paty do Alferes), questionou se no estudo, Maria teve algum nível de percepção dos Comitês na tomada de decisão do a nível municipal, estadual, de como o trabalho dos Comitês está influenciando projetos de leis, criação de programas por parte do Poder Público. A pesquisadora disse que isso é algo muito difícil de identificar pois há muitos outros parâmetros atuando ao mesmo tempo, segundo a opinião dela, depende muito dos temas, partindo de sua observação, ela não notou um impacto do Comitê no setor público, mas os Comitês tem uma função nos Conselhos Estaduais. Nos processos de implementação, o Comitê tendo um efeito sobre as capacidades e as prioridades no setor público, ele deve acompanhar o desenvolver desses projetos. Uma terceira coisa que Maria frisou, é determinar agenda, até mesmo para supervisionar o trabalho Poder Público. Arimathéa, disse que através do relato da pesquisadora se percebe que essa experiência com o Peru está sendo uma ação estimulada pelo banco mundial e por outros agentes de financiamentos. Maria, disse que eles deram o financiamento para abrir os Comitês, segundo ela nesses dez anos trabalhando sobre a água nos países do Sul, ela não acha que há um ator exterior que impõe certas coisas, pois de acordo com ela, sempre há negociações. Segundo ela o Banco Mundial deu uma quantia para modernização da gestão dos recursos hídricos e o Peru resolveu criar os conselhos. Maria ressaltou que no Peru é muito conflitivo, os seis primeiros Comitês é um contexto muito diverso. Arimathéa questionou dentro desse cenário diverso quais são as boas experiências que foram evolutivas na realidade dele. Maria disse que uma coisa positiva é a participação do setor agraria que é um forte setor para o País. A Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR), questionou se a pesquisadora conseguiu identificar os pontos fortes e fracos entre o Comitê e o Ceivap. Maria explicou que são dois espaços muito distintos, porém ela acha positiva e importante a independência do CBH-MPS. **4. Aditivo ao Contrato de Gestão;** Arimathéa explicou que o contrato de gestão do Comitê que permite o seu funcionamento, foi assinado pelo Inea e pela AGEVAP para viabilizar o trabalho da secretaria do Comitê e a execução dos recursos. Segundo o presidente, esse contrato de gestão prevê que haja uma avaliação dos trabalhos realizados e é renovado anualmente. Vera explicou que todo ano é feito um Termo Aditivo para destinar recursos, porém a secretária explicou que nesse ano foi feito o 9º termo para igualar aos outros Comitês. Arimathéa contou que o Comitê tinha ligados à AGEVAP a nível Estadual os quatro Comitês afluentes do rio Paraíba do Sul. Recentemente foi assinado

um novo contrato tornando a AGEVAP a agência delegatária de Bacias da Baía de Guanabara e da Baía da Ilha Grande. Segundo o presidente esses contratos são muito diferentes do contrato do Médio, com diversos pontos que não estão previsto no do Comitê. Com a interveniência dos Comitês, eles pegaram o pacote do contrato da Ilha Grande e do da Baía da Guanabara e colocaram no contrato do CBH-MPS. Arimathéa informou que o Comitê tem um grupo de trabalho que está estudando o contrato de gestão, de acordo com o presidente, esse trabalho culminou com a reunião ocorrida na Fio Cruz no Rio de Janeiro, lá foi feita uma reunião com o pessoal do Comitê Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul. Arimathéa contou que houve uma discussão sobre o termo aditivo baseada em um documento no qual estavam o contrato original do Comitê, o novo contrato e o parecer da AGEVAP. Lá o grupo detalhou os artigos para desenvolver o que era mais interessante e viável para todos. O presidente contou que ao chegarem no Fórum Mundial da Água, o INEA estava com modelo do termo aditivo dele pronto para que os quatro Comitês assinassem. Arimathéa falou que mesmo com os diversos pontos dentro do contrato em que o Comitê não concorda, não houve nenhum diálogo explicativo. O presidente apresentou as cláusulas para a diretoria o termo e mostrou o que foi alterado. A Sra. Vera disse que qualquer contrato é homologado pelo Conselho Estadual, mesmo com a interveniência do Comitê. Segundo a secretária, foram feitas as devidas alterações no contrato e o presidente fez a leitura para os presentes. Vera disse que esteve com as Sras. Eliane e Livia recentemente, de acordo com ela, elas não aceitaram a proposta que o Comitê enviou e sugeriu que o Comitê assine o contrato enviado e, paralelamente, seja criado o aditivo 10°. A secretária questionou para que fazer mais um aditivo sendo que o Comitê concorda com o 9° que é contrário ao apresentado. Arimathéa disse que há uma deliberação da diretoria do Comitê que não aceita assinar o contrato do jeito que está com os termos aditivos apresentados pelo Inea. Os membros concordaram em não assinar. **5. Fechamento do planejamento de comemoração dos 10 anos do CBH-MPS;** O presidente disse que em relação às atividades comemorativas pode destacar o Simpósio Água Boa, previsto para o dia 11 de setembro. O Sr. Leonardo Guedes (AGEVAP – UD1), explicou que no planejamento inicial estava sendo previsto uma corrida em junho em comemoração à semana do meio ambiente, mas segundo ele, pelo Comitê ter realizado o Pedal pelas Águas recentemente organizar um outro evento nesse porte pode ser negativo. O Sr. Paulo Eugenio (AGEVAP – UD1), lembrou que no ano anterior o Comitê tinha definido realizar o simpósio, com a ideia e organização do Pedal esse planejamento ficou de lado. Paulo sugeriu que seja realizado em comemoração à semana do meio ambiente um plantio de mudas em algum local e o simpósio no auditório da UniFOA. Leonardo, sugeriu que o plantio simbólico seja feito nos espaços do “Cílios do Paraíba”, que nesse período já vai ter iniciado. A Sra. Roberta Abreu (AGEVAP – UD1), apresentou a programação do Simpósio Água Boa através dos slides e disse que a Sra. Vera solicitou que alguma atividade já prevista para o dia comemorativo dos



dez anos do Comitê fosse substituída pela palestra da professora da UFF de Volta Redonda, Patrícia Alves Carneiro, sobre Novos Desafios. Os membros concordaram em tirar a palestra do FUNDRIH. Sobre a homenagem aos membros do Comitê, a Sra. Flávia Cristina de A. C. Pires (INB), sugeriu que as instituições que tem dez e cinco anos de atuação sejam homenageadas. A Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE – VR), disse que seria de grande importância homenagear também a primeira composição da diretoria do Comitê. Leonardo sugeriu que durante a entrega das placas cada membro da atual diretoria fala sobre um membro da primeira. Arimathéa disse que acha mais interessante oferecer um diploma que uma placa. Os membros concordaram com a ideia.

6. Debate sobre a nova logo do Comitê (3 propostas); Arimathéa explicou que quando foi feita a programação dos dez anos do Comitê, foi pensada sobre a aplicação da logo do Comitê. Segundo o presidente a atual logomarca é ruim para a comunicação visual, além de ser pesada e não passar a mensagem clara do que é o Comitê. Arimathéa contou que foi solicitado à AGEVAP um estudo referente a logomarca. O presidente apresentou três propostas para o novo modelo e disse que a primeira é a proposta dele, a segunda é a escolha da Vera e a terceira é sugestão da Flávia. Os membros sugeriram que a escolha fosse feita por meio de votação e a proposta da secretária Vera foi a escolhida, com algumas alterações.

7. Organização das Oficinas CNARH e de Cobrança; O Sr. Leonardo explicou que a oficina de Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, irá acontecer dia 11/04 no auditório da biblioteca do UniFOA, em Três Poços, Volta Redonda. Segundo o especialista em recursos hídricos, o Comitê enviou um e-mail para várias instituições e indústria convidando. Leonardo disse que a capacitação teve muita adesão de empresas e usuários que ainda não fazem parte do Comitê, até a data desta reunião haviam 45 inscritos. Segundo Leonardo, a Oficina de Cobrança está marcada para o dia 24/04. De acordo com ele, a oficina estrategicamente irá acontecer no mesmo dia que a Oficina de Alinhamento entre o Comitê o Inea e a AGEVAP, até mesmo para saber o que o Inea consegue operar dentro da proposta de metodologia de cobrança que o Comitê vai apresentar. Leonardo disse que inicialmente haverá apenas essa reunião, porém em maio será marcado um com os usuários para aprovação do novo mecanismo. Vera explicou que estava previsto a questão da cobrança, mas como todos estão renovando a outorga que, segundo ela, a maior parte vence em junho, é mais útil trabalhar esse novo sistema do CNARH.

8. Avaliação do Pedal pelas Águas; De acordo com os membros presentes, o Pedal foi um sucesso nos municípios no qual cada um esteve representando o Comitê. A Sra. Vera disse que participou do Pedal pelas Águas em duas cidades, no sábado ela esteve em Três Rios e disse que houve uma grande adesão da população e de acordo com ela, a prefeitura inteira se envolveu num estilo ação global, com todos os serviços que o município presta. A secretária contou que o comércio também se envolveu no evento sorteando duas bicicletas para os participantes. Já no domingo a secretária participou em Mendes, de acordo com ela, houve



uma atrito entre as secretarias de meio ambiente e de cultura na organização. Vera disse que ainda assim, houve uma boa mobilização. Márcia contou que em Volta Redonda cerca de cem pessoas de todas as idades se inscreveram no Pedal, segundo ela o SAAE participou com uma tenda distribuindo água e copo para os participantes, uma equipe da secretaria de esporte e lazer fez um trabalho com atividades esportivas e aula de alongamento no final do percurso. Leonardo disse que em Porto Real cerca de cem pessoas participaram. O especialista contou que o prefeito esteve presente falando sobre o rio Paraíba do Sul e do evento em parceria com o Comitê. Segundo ele não teve tendas das secretarias, mas a prefeitura disponibilizou uma ambulância, dando orientações para o público. Durante o percurso houve duas paradas uma na estação de tratamento de esgoto e outra na estação de tratamento das águas. A Sra. Edna Andrade de Azevedo (P.M. Quatis), disse que em Quatis o evento foi muito positivo, a prefeitura disponibilizou tendas das secretarias e fizeram plantio de árvore nativas, sorteio de brindes e de uma bicicleta. A diretora contou que mesmo após o evento a população ainda fala sobre o Pedal esperando a próxima edição. O Sr. Felipe Rodrigues (AGEVAP – UD1), disse que participou no sábado em Volta Redonda e domingo em Barra Mansa, segundo o estagiário o Pedal em Barra Mansa teve um percurso quase todo ao redore do rio. Felipe disse que esperava uma maior adesão no município, segundo ele cerca de 60 pessoas participaram. A Sra. Carin von Mühlen (UERJ), disse que em Resende o evento foi muito positivo, houve uma grande mobilização da prefeitura e segundo ela, a prefeitura irá realizar outras edições no município. Carin informou que cerca de 150 pessoas participaram. **9. Avaliação do Fórum Mundial da Água;** A Sra. Carin disse que foi muito positiva a participação do Comitê no fórum, apesar de algumas questões que ela já havia comentado com o presidente em relação a estrutura. A coordenadora da Câmara Técnica contou que apresentou duas keynotes uma sobre a atuação do Comitê na questão de políticas públicas da esfera nacional para regional e outra sobre a proposta do sistema de gestão da qualidade das águas, empoderado pela sociedade e, não somente, de responsabilidade do poder público através de um aplicativo que diz quando e onde monitorar, gerar um boleto e conseguir um parceira para pagar, e com isso estruturar o centro das águas em cada local que pudesse promover análises com validades jurídicas independentes de órgão como o Inea. Segundo Carin essa questão foi bem aceita por uns setores e por outros não, pois tira de certa forma o poder das mãos deles. A coordenadora informou que o Ceivap e a Agevap está de acordo com esta proposta e, segundo ela, a Agevap está vendo como desenvolver esse aplicativo junto com o sistema do Siga Ceivap. Vera disse que o Ceivap, os Comitês e até mesmo o Estado do Rio de Janeiro, perderam uma grande oportunidade de se fazerem presentes. Segundo ela, os outros Estados juntaram seus respectivos órgãos e ministraram palestras, articulações, exposições e outros. A secretária frisou que o Ceivap é pioneiro e o Rio de Janeiro é o único Estado que tem todo o sistema implantado, mas mesmo assim deixaram a desejar em relação a organização. Segundo ela o



São Francisco gastou R\$50 mil no espaço e para ela se o Ceivap tivesse juntado com a Cedae o grupo teria um espaço maior com mais oportunidade de expor suas apresentações. Vera informou que o CBH-MPS aplicou R\$ 8 mil referente ao estande. Arimathéa falou que não sabe se um dia terá a oportunidade de vivenciar novamente um evento nesse porte, pois não terá uma edição no Brasil tão cedo. Segundo o presidente, ele saiu do Fórum Mundial com alguns olhares, como por exemplo a participação do Comitê no ENCOB em Florianópolis/SC, que pode ser melhor desenvolvida com um espaço modelo de reprodução que os membros viram que deu certo lá. Arimathéa já adiantou que a ideia para o stand no ENCOB é que tenha mais espaço, com mais cadeiras para apresentar as programações e os projetos do Comitê. O presidente garantiu que mesmo com as dificuldades o Comitê esteve extremamente representado, não só pela participação nas atividades, mas também enquanto apresentador das suas experiências. Arimathéa contou que após a participação no Fórum ele e a Vera foram convidados pelo curso de biologia da AEDB, em Resende, para dar um retorno sobre a o Fórum Mundial.

10. Indicação de membro da equipe da secretaria executiva (UD1) do CBH-MPS ao ECOB; O Sr. Leonardo explicou que foi solicitado pelo Fórum Fluminense que um ou dois membros de cada unidade participe como auxiliar no ECOB, em Maricá/RJ. O especialista ainda informou que entre os membros estão ele e o Paulo, pois a Sra. Roberta estará de licença maternidade. A Sra. Vera disse que pelo fato do Sr. Paulo ter participado do Fórum Mundial da Água seria mais justo que o Sr. Leonardo participe do ECOB. Os membros concordaram com a secretária e ficou definida a participação do Leonardo nesta edição.

11. Assuntos Gerais; Arimathéa lembrou que está aberto o edital sobre a adesão das prefeituras sobre a campanha de Prevenção às Queimadas, com um modelo de placa informativa para serem inseridas nas rodovias municipais. O presidente informou que o Comitê irá dar duas placas e o município, em contra partida, adquire mais duas; Sobre o concurso de fotografia, o presidente sugeriu que as inscrições prorogue até a semana do meio ambiente, para conseguir mobilizar o máximo possível de pessoas; Arimathéa informou que durante o Fórum Mundial da Água o Ceivap divulgou o seu aplicativo disponível na Play Store, nesse aplicativo o usuário consegue acessar todas as informações disponíveis no site de forma mais direta; O Sr. Leonardo informou que não haverá mais o boletim impresso bianual, agora será uma revista anual dos quatro Comitês. No lugar do boletim impresso terá um digital, a proposta é que ele seja similar ao do Ceivap com mais interação no estilo do REBOB. A previsão para ser lançado é em setembro, esse boletim não terá custo para o Comitê pois já estava previsto no contrato; O Sr. Arimathéa contou que no ano passado o Comitê participou de uma parceria com a UFF de Volta Redonda de um seminário ministrado pela professora Ana Lúcia do Carmo e ela convidou o Comitê para fazer parte de um livro que ela está lançando em parceria da UFF com a Universidade da Costa Rica e a apresentação desse seminário virou um artigo no qual foi aprovado e está sendo publicado nesse livro que será lançado dia 6 de junho, em São Paulo. A

Sra. Vera informou que está escrevendo esse mesmo artigo para um seminário em Juiz de Fora/MG, sobre a Bacia do Rio Paraíba do Sul, no dia 28 de agosto. Arimathéa contou para ajudar no projeto acadêmico uma sugestão é que o Comitê compre dois exemplares do livro para cada um dos 19 municípios, segundo ele, é uma forma de ajudar, solicitando dispensa de licitação; A Sra. Flavia disse que a INB fez a celebração do dia Mundial da Água no dia 27 de março, com participação do Sr. Antônio Carlos Simões (CSN), a vice-presidente contou que foi sorteado cinco camisetas do Pedal pelas Águas, foi distribuído a cartilha do Inea e foi falado sobre o trabalho do Comitê; Flávia também informou que durante a última reunião da diretoria ela ficou de estudar junto com a INB – por ser uma indústria estatal, o edital do Comitê em relação aos documentos solicitados e a forma de pagamento. Segundo ela, em relação aos documentos o edital está de acordo. Porém a cópia autenticada da Ata de edição ato designação, de acordo com Flávia, é um documento que o instituto desconhece. A vice-presidente contou que o pagamento são feitos de duas formas e explicou que a INB dispensa a licitação para curso, hoje ela faz um contrato através do Senai com uma tomada de preço no termo de referência. Flávia trouxe para a diretoria um documento da INB dizendo que é importante frisar que é um contrato de treinamento e de aperfeiçoamento de pessoal, sendo esse passíveis de não serem licitados, fazendo mapas de três preços; Sr. Leonardo disse é preciso fazer o curso, pois é uma pendência do Procomitês. Segundo o especialista é preciso sair o curso de CBH. Leonardo explicou que o setor jurídico da AGEVAP diz que o Comitê só pode depositar em conta publica, ou seja, na Caixa ou no Banco do Brasil em formato de convênio; Item 12: Encerramento; Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada pelo Presidente do CBH-MPS, tendo a presente ata sido lavrada por mim Felipe Rodrigues Costa – Estagiário de comunicação AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente do CBH-MPS José Arimathéa Oliveira.

Volta Redonda, 04 de abril de 2018.


José Arimathéa Oliveira
Presidente

Encaminhamentos: 1. A Sra. Vera propôs marcar uma reunião com a procuradora para explicar as funções de órgãos participativos do Comitê para fazer as considerações no termo aditivo; 2. Sra. Flávia sugeriu criar uma resolução conjunta aceitando que seja suspenso o termo aditivo para o Inea; 3. Vera disse que uma proposta para o ano que vem tenha além do

Pedal também realize uma caminhada pelas águas, pois tem muitas pessoas que não andam de bicicleta e querem participar; **4.** Fazer um levantamento dos membros que tem cinco e dez anos de atuação no CBH-MPS e sobre a primeira diretoria; **5.** Inserir na logo escolhida “Comitê de Bacia”; **6.** Reformular a forma de inscrição no concurso de fotografia fechar as inscrições em julho para premiar no dia 11 de setembro. **7.** A Sra Vera solicitou fazer uma carta do Atlas trabalhando as 42 bacias, contando ao Inea que o Comitê tem o projeto de colocar placas com o mapa, para que os TACs da região incorpore essa ideia;

Lista de Presença:

Membros representantes do Poder Público: Edna Andrade de Azevedo (P.M. Quatis);

Membros representantes dos Usuários: Flávia Cristina de A. C. Pires (INB); Márcia Cinira Neves (SAAE-VR);

Membros representantes da Sociedade Civil: José Arimathéa Oliveira (IFRJ), Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida!);

Lista de Presença de Convidados: María Mancilla García, Sérgio Alves, William Coelho (P.M. Paty do Alferes), Carin von Mühlen (UERJ);

Ausência Justificada: Daniela Vidal Vasconcellos (P.M. Volta Redonda);

